

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2075/2019-PGJ, DE 17.6.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do Curso “Métodos de detecção da verdade”, a realizar-se nos dias 24 e 25.6.2019, das 8h às 12h e das 14h às 18h, e no dia 26.6.2019, das 8h às 12h, no prédio-sede da ESMP-MS, Av. Ricardo Brandão, nº 232, Bairro Itanhangá Park, em Campo Grande – MS.

- Adriano Lobo Viana de Resende
- Alexandre Estuqui Junior
- Aline Mendes Franco Lopes
- Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
- Antonio Siufi Neto
- Ariadne de Fátima Cantú da Silva
- Claudia Loureiro Ocariz Almirão
- Clovis Amauri Smaniotto
- Cristiane Amaral Cavalcante
- Cristiane Mourão Leal Santos
- Daniel Higa de Oliveira
- Daniella Costa da Silva
- Elcio Felix D’Angelo
- Emy Louise Souza de Almeida Albertini
- Érica Rocha Espindola
- Fabricio Secafen Mingati
- Fernanda Proença de Azambuja
- George Zarour Cezar
- Gustavo Henrique Bertocco de Souza
- Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya
- Marcos Martins de Brito
- Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
- Matheus Macedo Cartapatti
- Moisés Casarotto
- Nara Mendes dos Santos Fernandes
- Reynaldo Hilst Mattar
- Rodrigo Correa Amaro
- Simone Almada Goes
- Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo
- Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha
- Thiago Barbosa da Silva
- William Marra Silva Junior

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2076/2019-PGJ, DE 17.6.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Matheus Macedo Cartapatti	13 e 14.8 e 7.9.2016	17, 18 e 19.6.2019
	24 e 25.9 e 22 e 23.10.2016	23, 24, 25 e 26.9.2019
Wilson Canci Junior	13 e 14.4 e 1º e 2.6.2019	25, 26, 27 e 28.6.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2110/2019-PGJ, DE 17.6.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os Promotores de Justiça das comarcas de Água Clara, Aparecida do Taboado, Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas, e autorizar os demais membros a se ausentarem de suas comarcas para participarem do Encontro Regional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – Região do Bolsão, que será realizado nos dias 27 e 28 de junho de 2019, na comarca de Três Lagoas.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

#### PORTARIA Nº 2077/2019-PGJ, DE 17.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1859/2019-PGJ, de 29.5.2019, na parte que indeferiu, por necessidade de serviço, compensação de plantão ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Thiago Barbosa da Silva	30	5.6 a 4.7.2019

passa a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Thiago Barbosa da Silva	30	29.7 a 27.8.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2078/2019-PGJ, DE 17.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1882/2019-PGJ, de 30.5.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de junho de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
5 (18h01min) a 12.6.2019 (7h59min)	7ª	Ludmila de Paula Castro Silva	99603-9203
12 (18h01min) a 19.6.2019 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
26.6 (18h01min) a 3.7.2019 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
5 (18h01min) a 12.6.2019 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
12 (18h01min) a 19.6.2019 (7h59min)	4ª	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99603-9203
26.6 (18h01min) a 3.7.2019 (7h59min)	7ª	Ludmila de Paula Castro Silva	99603-9203

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 2082/2019-PGJ, DE 17.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar as Portarias nº 2056/2016, de 11.7.2016, e 1958/2017-PGJ, de 19.6.2017, nas partes em que se designou a servidora Luciana Zucarelli Rezende, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

#### **PORTARIA Nº 2083/2019-PGJ, DE 17.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Luciana Zucarelli Rezende, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor equipe de trabalho, instituída pela Portaria nº 1083/2019-PGJ, de 29.3.2019, visando subsidiar as ações do Procurador-Geral de Justiça, até 31.3.2020.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

#### **PORTARIA Nº 2084/2019-PGJ, DE 17.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Luciana Zucarelli Rezende	Técnico I/Administrativa	17.6.2019

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE JUNHO DE 2019, ÀS 9 HORAS.**

**7. Processos das Comissões Permanentes:****7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00001740-0**

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul SINSEMP-MS

Assunto: Revisão Geral Anual e Reajuste da Remuneração e Indenizações dos Servidores do MPMS.

**Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siuffi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.**

**7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00000647-9**

Requerente: Supervisora das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó

Assunto: Alteração das atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã.

**Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Junior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.**

**8. Assuntos Institucionais:**

**8.1. Memorando nº 08/2019/OUV**, de 16.5.2019, o Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul encaminha o Relatório Estatístico referente às manifestações registradas no primeiro trimestre de 2019 na Ouvidoria.

**8.2. Referendar as seguintes Portarias** que concederam, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva:

- **Portaria nº 1102/2019-PGJ, de 2.4.2019:** 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.11.2018, que foi usufruído no dia 29.3.2019.
- **Portaria nº 1985/2019-PGJ, de 5.6.2019:** 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 12 a 19.11.2018 e 18 a 25.3.2019, que foram usufruídos nos dias 17, 18 e 19.6.2019.

**8.3. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos:**

- Processos PGJ/10/0864/2019, PGJ/10/1267/2019, PGJ/10/1365/2019 e PGJ/10/1513/2019.

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 25 DE JUNHO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

**6. Expedientes:****6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- **Ofício nº 0026/2019/14PJ/CGR**, de 23.5.2019.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- **Requerimento**, de 7.6.2019.

**6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- **Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004265-0.**

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001655-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001656-6.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000426-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004241-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001973-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004201-6.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002964-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001233-7.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001244-8.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003837-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003839-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004271-2.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001128-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003519-9.

**8. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001560-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001557-8.

**6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002169-4.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001556-3.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000554-0.

**6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002167-2.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000466-9.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001557-4.

**6.3.3. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001788-3.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001559-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00001521-9.

**6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000011-9.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001561-9.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002213-8.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001014-2.

**6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002232-7.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001478-6.

**3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002809-1.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001850-5.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001248-8.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001551-9.

**6.3.6. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001624-0.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001244-4.

**3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000603-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002102-8.

**6.3.7. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002174-0.

**6.3.8. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001985-5.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002091-8.

**3. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000236-4.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002103-9.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001131-2.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001555-2.

**7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000315-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arthur Barbosa Cascudo Rodrigues

Assunto: Apuração de eventual procedimento irregular na abordagem do Fiscal Arthur Cascudo Rodrigues, consistente na violação da carga, ocorrida no dia 12 de fevereiro de 2019.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001291-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eduardo Martins Peixoto e Maria Ramona Fuchs Peixoto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Castelinho", município de Ponta Porã/ M S. (Programa SOS-RIOS).

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000137-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Adilson Juliani Gelain

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 297,95 hectares de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica, no interior do imóvel rural "Fazenda Chão Preto", ora pertencente a Adilson Juliani Gelain, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002903-5 – SIGILOS**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000142-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Gleyziane Parente Silva.

Assunto: Apurar suposto enriquecimento ilícito pela servidora Gleyziane Parente Silva.

**6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000158-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: "Bar Fly" Casa de Eventos

Assunto: Apurar situação oriunda de denúncia anônima registrada na Ouvidoria do Ministério Público, referente entrada e permanência de adolescentes no Bar Fly Casa de Eventos.

**7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002153-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marlon Batista Gabriel

Assunto: Apurar eventual irregularidade na acumulação de cargos pelo conselheiro tutelar Marlon Batista Gabriel, no município de Sidrolândia/MS.

## **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000667-5**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alvorindo Ravagnani Júnior

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Rava, localizada no município de Campo Grande/MS.

## **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000694-4 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

## **4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000159-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Terenos/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em procedimento licitatório e contratação de empresa para construção da Feira do Produtor.

## **5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000260-6 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

### **7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000144-3**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar suposta cobrança ilegal de taxa para a inscrição de alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no 8º Encontro de Administração, Economia e Contabilidade (ECAECO) realizado no Município de Ponta Porã/MS.

### **7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000248-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa em virtude de irregularidades no repasse de verbas previdenciárias do Município de Paranaíba ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município, originado das diligências promovidas no Inquérito Civil nº 003/2017.

### **7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

#### **1. Notícia de Fato nº 01.2018.00011534-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar dano ambiental no Projeto de Assentamento Santa Rosa, Grupo 2, Lote 148.

#### **2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00013579-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Recorrente: Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul

CEAS/MS

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Pedido de providências quanto à Portaria 999/2018 do Município de Itaquiraí.

**3. Inquérito Civil n. 06.2018.00000266-8**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Atendimento Especializado à Mulher

**4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000190-6 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000351-6 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**7.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000115-1 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**7.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002674-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Controladoria-Geral - Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual omissão e ineficiência da Controladoria-Geral do Município de Angélica/MS na prevenção e combate ao irregular acúmulo remunerado de cargos públicos na Administração Pública local.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001123-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar se o valor repassado ao Poder Legislativo foi superior ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000760-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Chapadão do Sul e Laidja Maria Silva - ME (Barzinho Oriental)

Assunto: Promover a compensação ambiental em razão do uso do canteiro da Avenida Oito, concedido por Decreto Municipal ao estabelecimento comercial denominado “Barzinho Oriental”, ou restaurá-lo ao 'status quo ante'.

**7.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002908-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de ocorrência de danos ao erário público do Município de Naviraí a partir do pagamento indevido de diárias a servidores públicos municipais.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003519-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a subsistência das denúncias, individualizando as financeiras cujas práticas comerciais se mostrem lesivas ao mercado de consumo.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000008-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Antônio Cavalcanti e Dematel/Almeida & Secco Ltda.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange ao Processo Administrativo Licitatório n. 102/2011, do Município de Mundo Novo.

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2015.00000343-3**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades no fornecimento do transporte escolar municipal na zona rural do município de Sonora/MS.

#### **AVISO Nº 17/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

##### **1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

**1) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002549-4 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**2) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002950-2 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. Advogado Onofre Carneiro Pinheiro Filho, OAB/MS nº 11.125.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000928-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Figueira, Jamil Name Filho - Assunto: Apurar a ocorrência de possível degradação em área de preservação permanente na fazenda Figueira, localizada no município de Jardim/MS.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003484-9** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: TIM CELULAR S.A - Assunto: Apurar eventual ineficiência dos serviços de telefonia móvel prestados pela operadora TIM CELULAR S/A. (IC nº 43/2014, migrado para o SAJMP). Advogados: Cristiano Carlos Kozan, OAB/SP nº 183.335 e Isabela Raposo Cruz, OAB/SP nº 330.750.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001384-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostas irregularidades na concessão de subvenções sociais pelo município de Pedro Gomes/MS. (IC nº 27/2016, migrado para o SAJMP). Procurador Jurídico Municipal Leonardo Henrique Marçal, OAB/MS nº 14.730.

##### **2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000138-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Cacilda Moraes Jacintho Ferraz - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 203,73 hectares, sendo 82,83 hectares vegetação secundária em estágio inicial de regeneração nativa de Mata Atlântica, e 120,90 hectares em área de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, ocorrida no interior do imóvel rural “Estância Caranday - Gleba A”, pertencente a Cacilda Moraes Jacintho Ferraz, sem a correspondente licença ambiental concedida pelo órgão ambiental competente. Advogadas Vanessa Ribeiro Lopes, OAB/MS nº 7878 e Denise Felício, OAB/MS nº 11.571.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001268-8 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. Advogado: Fábio de Melo Ferraz, OAB/MS nº 8.919.

##### **3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002670-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Água Clara - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Pregão Presencial nº 016/2018 (Processo Administrativo nº 060/2018, Contrato Administrativo nº 104/2018), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de placas de bolos, visando atender as secretarias municipais.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001826-0** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Oi Telecomunicações - Assunto: Apurar responsabilidades e apontar soluções, inclusive ingressando com as medidas judiciais cabíveis, com relação à baixa qualidade dos serviços prestados pela empresa Oi Telecomunicações no município de Paranhos/MS. Advogado Carlos Roberto de Souza Júnior, OAB/MS nº 15.810 (Mascarenhas Barbosa & Advogados Associados), Advogada Thais Fatima dos Santos Camargo, OAB/MT nº 7.424-B (representante da Oi).

**3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000406-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade da instituição de gratificações e outras vantagens por meio de Resolução pela Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo.

#### **4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000040-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000733-0** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Wilson Ferreira dos Santos - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível uso irregular de agrotóxicos na Fazenda Farroupilha, localizada neste Município, o que estaria causando danos à saúde dos moradores do Assentamento Rural Estrela Jaraguari.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003537-0** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - Assunto: Apurar o fiel cumprimento dos atos da Diretoria Geral da ENERGISA no atendimento estrito aos princípios legais, resoluções e normas que regem os procedimentos administrativos no âmbito dos serviços públicos delegados. (IC nº 39/2013, migrado para o SAJMP).

#### **5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000818-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Orestes Martins Ribeiro - Assunto: Apurar a existência de erosão e o assoreamento de uma nascente e de um córrego na propriedade rural denominada fazenda Nossa Senhora Aparecida, bem como promover a reparação de eventual dano ambiental, conforme elementos carreado no Inquérito Civil nº 21/2012. Advogado Rayc Soares Araújo, OAB/MS nº 13.783.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003114-1** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: 32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar o cumprimento dos horários de funcionamento das Salas de Vacina Centro Regional de Saúde/CRS Nova Bahia e Unidade Básica de Saúde de Família/UBSF Estrela do Sul.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003676-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Terenos - Assunto: Visando apurar a aquisição de combustíveis por parte da Prefeitura Municipal de Terenos no posto de gasolina central. (IC nº 24/2014, migrado para o SAJMP).

#### **6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00002175-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar contratação irregular de professor na Creche Municipal de Porto Murtinho, em decorrência das informações oriundas da Manifestação nº 11.2017.00003115-8 - Ouvidoria do Ministério Público. Advogada Maisa Oviedo Milandri, OAB/MS nº 017.666.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003632-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nilton Pickler - Assunto: Apurar irregularidades no depósito de agrotóxico na fazenda Aeroporto.

#### **7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001751-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: IIBAMA CORUMBÁ/MS - Requerido: Maurílio Dionísio Vendramini Duran - Assunto: Apurar a responsabilidade do órgão ambiental estadual na concessão da AA nº 01/2017, ao que autorizou o desmatamento de 361,70 hectares de vegetação primária do Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006), no interior da fazenda Água Limpa, situada na zona rural do município de Corumbá/MS, pertencente a Maurílio Dionísio Vendramini Duran, bem ainda a responsabilidade deste na supressão de 10 hectares da respectiva área, sem prejuízo das medidas reparatórias necessárias ao dano ambiental causado. Advogado Luiz Felipe de Medeiros Guimarães, OAB/MS nº 5.516.

**2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000824-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Francisco Aluizio Albuquerque Costa - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 96,31 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, no interior do imóvel rural fazenda Natal, pertencente a Francisco Aluizio Albuquerque da Costa, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de eventual reparação do dano ambiental pretérito.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003466-0** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Oi S/A - Assunto: Apurar eventual ineficiência dos serviços de telefonia móvel prestados pela operadora Oi S/A. (IC nº 45/2014, migrado para o SAJMP). Advogada Ana Tereza Palhares Basílio, OAB/RJ nº 74.802 e outros.

**4) Inquérito Civil nº 06.2016.00001274-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ronnie Von Dill Dias - Assunto: Investigar atos de improbidade administrativa de ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio João consistentes em autorizar despesas com folha de pagamento de servidores em valor superior ao limite estabelecido no artigo 29-A § 1º da Constituição Federal, bem como apurar infringências à Lei de Responsabilidade Fiscal consistentes em contratações de obrigações financeiras em valor excedente ao disponível no orçamento da Câmara Municipal ou assunção de despesa dividida em parcelas com vencimento no exercício seguinte sem deixar a devida contrapartida em caixa para sua amortização, contrariando o artigo 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000.

**5) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002771-5** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 2º Serviço Notarial e de Reg. Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da 1ª Circunscrição de Campo Grande - Assunto: apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 2º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela da 1ª Circunscrição de Campo Grande. Advogado Evandro Mombrum de Carvalho, OAB/MS nº 4448.

**6) Inquérito Civil nº 06.2017.00000464-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Zenildo Luz Caires - Assunto: Operação Cachorro Vinagre - Apurar desmatamentos irregulares na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, região do município de Deodápolis. Advogada Vanessa Ribeiro Lopes, OAB/MS nº 7878.

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002895-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Investigar irregularidades referentes aos contratos nº 095/2018 e 097/2018, firmados pelo município de Bonito/MS.

#### **8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000291-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Selvíria - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da distribuição de água para consumo sem o devido tratamento necessário, na qual proporciona, o que poderá provocar riscos à saúde da população.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003523-7** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e o município de Sidrolândia - Assunto: Apurar os fatos narrados na manifestação nº 11.2018.00003109-6 da Ouvidoria do MPMS, relativa a eventual irregularidade no concurso público da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, no cargo de Agente Fiscal de Posturas.

**3) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002843-6** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 7º Serviço Notarial da Comarca de Campo Grande - Assunto: tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 7º Serviço Notarial da comarca de Campo Grande. Advogado Evandro Mombrum de Carvalho, OAB/MS nº 4448.

**4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000317-1 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos.

#### **9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002214-2 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. Advogados: Gustavo Vieira Ribeiro, OAB/SP nº 206.952 e Victor Hugo Villas Bôas Silveira, OAB/SP nº 345.338.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002757-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual irregularidade na prestação do serviço público de conservação de estrada vicinal no município de Deodápolis/MS,

especificamente no trecho da 12ª Linha - coordenadas geográficas: 22° 16' 55'' S e 54° 05' 32'' W, que conta com ponte caída, fato que impossibilita o trânsito no local.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002883-6** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Vivo S/A - Assunto: Apurar possíveis irregularidades consistentes na má qualidade dos serviços prestados pela empresa de telefonia VIVO S/A no município de Sete Quedas/MS. (IC nº 26/2015, migrado para o SAJMP). Advogada Fernanda Beolchi Palla, OAB/SP nº 170.357, Advogado Carlos Felipe Almeida OAB/BA Nº 47.185 (KANAMARU Advogados), Advogado Alessandro Puget Oliva, OAB/PA nº 11.847 (Coelho de Souza Advocacia, Belém-PA).

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001169-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: JPC Incorporadora e Construtora Ltda. - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade ambiental consistente na construção de valetas, em área de preservação permanente pelo empreendimento investigado. (IC nº 17/2013, migrado para o SAJMP); Advogado Victor Jorge Matos, OAB/MS nº 13.066

Campo Grande, 17 de junho de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

## CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### AVISO N. 15/CGMP/2019

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que por necessidade de serviço, a **data da visita correcional** do Corregedor-Geral na **32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande** foi alterada para o dia **10 de julho de 2019**, e nas **26ª, 34ª e 42ª Promotorias de Justiça de Campo Grande** foi alterada para o dia **11 de julho de 2019**.

Campo Grande, 12 de junho de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL N. 0012/2019/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002182-5

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município de Dourados.

Assunto: Acompanhar a instalação e efetivo funcionamento do Centro Especializado em Reabilitação de Dourados - CER II em Dourados/MS.

Dourados/MS, 14 de junho de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

**TRÊS LAGOAS****PROTOCOLO: 02.2019.00039714-0****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS nº 0008/2019/04PJ/TLS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, torna público que, não havendo oposição tempestiva e justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 006/2019/04PJ/TLS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados, devidamente qualificados e desde que comprovada a legitimidade, poderão, por escrito e de forma juridicamente fundamentada, manifestar oposição ao ato ou requerer o desentranhamento de documentos ou, a suas expensas, cópias de peças dos procedimentos e expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações deverão, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ser protocoladas nesta 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 860, Centro, Três Lagoas, das 8h às 11h e das 13h às 18h.

Três Lagoas, 13 de junho de 2019.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA

Promotor de Justiça

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 006/2019/04PJ/TLS**

PROVENIÊNCIA/PROCEDÊNCIA: 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas				
Classe. Subclasse	Conteúdo Informacional	Justificativa da Eliminação	Ano Inicial	Ano Final
000.007	Convites e Malas diretas 2014	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2015	2015

000.002	Correspondências recebidas 2014 (ofícios, memorandos, e-mails, fax, cartas, bilhetes, comunicações internas, etc.)	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2015	2017
200.013	Controles de tramitações e comprovantes de remessas 2014	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2015	2017
200.081	Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões) 2013	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2014	2018
<b>Responsável pelo preenchimento:</b> Débora Duarte Santana, Técnico II. Data do preenchimento: 13/06/2019				

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

**AMAMBAI**

---

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****IC - Inquérito Civil 06.2018.00000009-2**

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

**TÍTULO I - DAS PARTES**

**COMPROMITENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

**COMPROMISSÁRIO(s):**

**EUNICE SHIZUKO TSUZUKI TAMURA**, brasileira, empresária, viúva, CI-RG 3.322.571-7/SSP/PR e CPF 206.310.659-20, com endereço na rua Rua Martin Afonso, 895, zona 2, Maringá (PR), e-mail eunicetamura@gmail.com, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*; e,

**PEDRO YOSHIMI TAMURA**, brasileiro, solteiro, CI-RG 9327754-6/SSP/PR, CPF 056.863.069-66, com endereço na rua Martin Afonso, 895, zona 2, Maringá (PR), doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

**TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)**

**EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE:** Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 8.302, 8.640 e 10.378, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Fazenda Rancho Alegre, de responsabilidade de Eunice Shizuko Tsuzuki Tamura.

**TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O *COMPROMISSÁRIO* reconhece ser condição necessária ao cumprimento da função social da propriedade o atendimento das exigências legais, sem prejuízo de quaisquer outras, notadamente as seguintes: a) art. 170, inc. III e VI, da Constituição Federal, que trata da função social da propriedade e da defesa do meio ambiente como princípios da ordem econômica; b) art. 182, § 2º, da Constituição Federal, que trata da função social da cidade e da função social da propriedade urbana; c) arts. 184 e 186 da Constituição Federal, que tratam da função social da propriedade rural; d) art. 225, §§ 1º ao 6º, da Constituição Federal, que trata da defesa do meio ambiente; e) do art. 10 da Lei n. 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê como compulsório o prévio licenciamento ambiental; f) art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), que impõe reparar, mitigar e compensar os impactos ou degradações ambientais provocados pela exploração da propriedade; g) art. 1.228, §§ 1º ao 5º, do Código Civil de 2002, que trata da função social da propriedade; h) Lei nº 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O *COMPROMISSÁRIO* reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

**TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O compromissário se obriga a requerer junto a Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) ou a outro órgão que venha a substituí-lo nesta competência, no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, a inscrição do imóvel referido no Título II no Cadastro Ambiental Rural (CAR).



**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O compromissário deverá, no prazo previsto no *caput*, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) para servir de base para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A comprovação da inscrição da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural (CAR) será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual receberá ofício desta Promotoria de Justiça solicitando que informe a hipótese de pendências, bem como de cancelamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), caso em que incidirá o parágrafo segundo desta cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) o compromissário deverá seguir os estritos termos da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória Constitucionalidade (ADC) 42 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito necessitar de regeneração natural ou de qualquer intervenção humana para sua recuperação ou recomposição, bem como se houver outros danos ambientais no imóvel, tais como erosões, voçorocas, perda de solo fértil, etc. (fatos estes informados no documento previsto na cláusula primeira), o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) apresentará Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 10 (dez) meses, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta. O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de Reserva Legal, de preservação permanente, de uso restrito e, inclusive, do Auto de Infração e Multa n. 19906 do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) (f. 6), que contenham erosões ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de 8 (oito) anos, sendo que o mesmo passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento;

B) promoverá, no prazo máximo de 10 (dez) meses, a contar da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, o isolamento da área de reserva legal na parte em que necessite de recuperação (para que forme o mínimo de 20% do tamanho do imóvel), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural, independentemente de outros incrementos, tais como plantio de mudas. Havendo opção por regularização da reserva legal extra-propriedade, esta obrigação ficará suspensa enquanto tramitar o pedido perante o Órgão Ambiental, ficando sem efeito caso haja aprovação. No caso de rejeição do pedido extra-propriedade, deverá ser cumprida em 30 dias a partir da intimação da decisão;

C) promoverá, no prazo máximo de 10 (dez) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta o isolamento da área das áreas de preservação permanente e áreas de uso restrito na parte em que necessite de recuperação, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.), a ser instalada nas seguintes metragens previstas no art. 4º da Lei 12.651/2012 (Código Florestal). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural;

D) promoverá, no prazo máximo de 10 (dez) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta o isolamento da área das áreas objeto do Auto de Infração e Multa n. 19906 do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) (f. 6), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem

como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, eqüinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, eqüinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal, da área de preservação permanente e áreas de uso restrito, após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O compromissário compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A comprovação do cercamento ou isolamento da Reserva Legal, das áreas de uso restrito, da área objeto do Auto de Infração e Multa n. 19906 do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) (f. 6) e da área de preservação permanente, bem como a ausência de necessidade em razão de estarem devidamente preservadas ou recuperadas será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A fiscalização do cumprimento do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do Termo de Ajustamento de Conduta. Esta previsão não impede que o Ministério Público requisiite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta

**PARÁGRAFO QUINTO.** As atividades previstas no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste Termo de Ajustamento de Conduta, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

**PARÁGRAFO SEXTO.** A inexistência de danos relativos à conservação de solo e de necessidade de trabalhos, bem como a não necessidade de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) para recuperação de áreas degradadas, inclusive sobre a preservação das áreas de preservação permanente, reserva legal e uso restrito, será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** A alegação de áreas consolidadas para fins de Reserva Legal somente poderá ser apresentada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos estritos termos do art. 67 da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), tratando-se o imóvel de área inferior a 04 módulos fiscais, medida esta a ser verificada conforme a realidade fática do imóvel em 22 de julho de 2008.

**PARÁGRAFO OITAVO.** Somente será considerada atividade consolidada nas áreas de preservação permanentes, nos termos do art. 61-A da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), aquela em que o proprietário comprove por meios idôneos de prova que exercia anteriormente a 22 de julho de 2008 atividades agrossilvipastoris, assim consideradas aquelas que se configurem como atuação sustentável e cumulativa de espécies florestais conjugada com agricultura e criação de animais, não sendo aplicável tal regime às que exerçam de forma isolada a atividade de agricultura, pecuária ou silvicultura.

**PARÁGRAFO NONO.** Não poderão ocupar as áreas de preservação permanente, ainda que anteriores a 22 de julho de 2008, os ranchos de pesca ou lazer, uma vez que não se enquadram na categoria de "ecoturismo" ou "turismo rural" previstas no artigo 61-A da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), já que não exercem qualquer atividade econômica na área. Mesmo para aquelas atividades de "ecoturismo" e "turismo rural".

**PARÁGRAFO DEZ.** A presença de animais na área de reserva legal somente será admitida mediante autorização prévia em plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei 12.651/2012 (Código Florestal).

**PARÁGRAFO ONZE.** Caso a área desmatada, em tese, passível de autorização para desmatamento, estando fora da área de preservação permanente, Reserva Legal e de uso restrito, ficará dispensada a apresentação do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADE) e o seu cercamento, no caso de o compromissário optar por fazer carta consulta ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) dentro do prazo de 30 dias. Em caso de rejeição da opção pelo órgão ambiental, o compromissário será notificado para cumprir a presente cláusula no prazo estipulado neste Termo de Ajustamento de Conduta.

**CLÁUSULA QUARTA.** Caso o compromissário pretenda aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto no art. 59 da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), deverá fazer o protocolo do mesmo no prazo de 04 (quatro) meses após o prazo para a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e respeitar os prazos e obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta, prevalecendo aqueles que forem mais restritivos no caso de divergência entre este documento, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Termo de Compromisso a ser firmado com o órgão ambiental.

**CLÁUSULA QUINTA.** O(s) COMPROMISSÁRIO(S) se compromete(m) a:

A) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento;

B) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

**CLÁUSULA SEXTA.** O(s) COMPROMISSÁRIO(s) se comprometem a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91-IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Em relação ao uso de agrotóxicos, o(s) COMPROMISSÁRIO(a) se compromete(m) a seguir o disposto na Lei nº 7.802/89, alterada pela Lei nº 9.974/2000, o disposto no Decreto Federal nº 4.074/2002, que a regulamentou, o disposto nas alterações posteriores pelos Decretos Federais nº 5.549/2005, 5.981/2006 e nº 6.913/2009, bem como pelo Decreto Estadual n. nº 12.059/2006, assim como às demais alterações legislativas supervenientes, em especial no que se refere:

A) à utilização de produtos agrotóxicos, obriga-se a sempre usar receituário agrônomo e cumprir fielmente as regras de segurança exigidas pelas normas específicas;

B) à destinação final das embalagens (recipientes ou vasilhames) de produtos agrotóxicos, obriga-se a, logo após proceder à tríplex lavagem, perfura-las para evitar o uso das mesmas para outros fins, devendo, obrigatoriamente, devolvê-las à empresa ou comerciante responsável pela venda, nos termos da Lei Federal n. 9.974/2000 e do Decreto Presidencial n. 3550/2000;

C) à obrigação de, no prazo de 6 (seis) meses, quando tiver de fazer provisoriamente, estocagem de produtos agrotóxicos com invólucro intacto, ou seja, com lacre e ainda sem utilização do conteúdo, providenciar local adequado para tanto, de forma que os produtos fiquem em área específica e isolada, em local arejado e seco, livre de contato com detritos ou outros produtos inflamáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O(s) COMPROMISSÁRIO(s) se compromete(m) a aplicar os produtos agroquímicos, que vier a utilizar por meio de aviação, somente dentro das áreas limítrofes dos carregadores das lavouras por ela plantadas, bem como a cumprir as regras definidas pelo Ministério da Agricultura, na Instrução Normativa nº 2 de 03/01/2008, fundamentalmente quanto às distâncias mínimas a serem respeitadas, ou seja, não será realizada a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínimo de:

A) quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

B) duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

C) no caso da aplicação aérea de fertilizantes e sementes, em áreas situadas à distância inferior a quinhentos metros de moradias, o aplicador fica obrigado a comunicar previamente aos moradores da área.

CLÁUSULA OITAVA. A título de indenização ambiental (erosões constatadas pelo Auto de Infração e Multa n. 19906) o compromissário compromete-se a pagar a soma de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à Instituição credenciada Conselho Municipal de Cidadania e Segurança Pública de Amambai, CNPJ 20.870.550/0001-79 (Banco do Brasil, Ag. 0743-9, CC 33.000-0), devidamente cadastrada como entidade beneficiária de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012, em apenas um vez, com vencimento em 1º.7.2019, para custear projeto de interesse social.

CLÁUSULA NONA. A(s) construção(ões) e intervenções em área de preservação permanente deverão ser retiradas e não promovidas a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, devendo ser procedida de forma completa, inclusive no que toca aos alicerces, entulhos, encanamentos e outras obras físicas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Se necessário, a recuperação da área onde será retirada a construção prevista no caput desta cláusula, deverá ser prevista no documento constante do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) a ser apresentado, respeitado o prazo máximo ali convencionado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se necessário, a comprovação da retirada da construção e a recuperação da área será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhada da respectiva ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

CLÁUSULA DEZ. Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) se obriga(m) a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Independentemente das providências do *caput* desta cláusula, o(s) COMPROMISSÁRIO(s), imediatamente após ocorrer a alienação da propriedade imóvel ou da atividade, conforme o caso, ou a concessão da posse para terceiro, ambas a qualquer título, deverão comparecer nesta Promotoria de Justiça, juntamente com o adquirente ou possuidor para: a) entregar cópia autênticas dos instrumentos de alienação ou transmissão da propriedade ou posse; b) firmar aditamento ao presente Termo, consignando o negócio jurídico e transmitindo as obrigações assumidas para o adquirente da propriedade; c) firmar aditamento ao presente Termo, consignando expressamente a solidariedade com o possuidor no cumprimento das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se o(s) COMPROMISSÁRIO(s) transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente ou sucessor nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o(s) COMPROMISSÁRIO(s) transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção. Sem prejuízo, deverão proceder da forma estabelecida no parágrafo primeiro supra.

PARÁGRAFO QUARTO. O adquirente do imóvel descrito no título I deste Termo de Ajustamento de Conduta, total ou parcialmente, sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade.

## TÍTULO V - DAS SANÇÕES

CLÁUSULA ONZE. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de 50 (cinquenta) UFERMS, que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá, desde o inadimplemento e até o efetivo pagamento da multa, correção monetária e juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA DOZE. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) ficará(ão) sujeito(s) ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo. Não havendo fundo municipal, ao Fundo Estadual de Meio Ambiente ou, não havendo, ao fundo Estadual de Direitos Difusos.

**TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA TREZE.** A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

**CLÁUSULA QUATORZE.** O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

**CLÁUSULA QUINZE.** O compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

**CLÁUSULA DEZESSEIS.** O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ajuizamento de ação penal, bem como outras providências.

**CLÁUSULA DEZESSETE.** Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Ministério Público exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

**CLÁUSULA DEZOITO.** Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

**CLÁUSULA DEZENOVE.** Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e comprometentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 14 de junho de 2019.

**MICHEL MAESANO MANCUELHO**

Promotor de Justiça

**EUNICE SHIZUKO TSUZUKI TAMURA**

Compromissário

**PEDRO YOSHIMI TAMURA**

Compromissário

*Testemunhas:*

Nome: Jéssica dos Santos Fernandes

RG ou CPF: 022.396.651-73

Nome: Roberson Rosalin de Freitas

RG ou CPF: 890.145.881-00

**EDITAL Nº 0015/2019/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2019.00000888-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: Funcionamento de Estabelecimentos Empresariais

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial com endereço na rua Marechal Floriano, 255, Copacabana, em Amambai (MS), denominado Retrô Beer, anteriormente titulado Bar do Nezinho.

Amambai (MS), 14 de junho de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

---

**BATAGUASSU**

---

**EDITAL Nº 0026/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000001-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M A B.

Assunto: "Apurar eventual existência de saques indevidos de benefício previdenciário do menor E. A. O. por parte de M A Oliveira, referente ao período de 01/09/2018 a 30/09/2018".

Bataguassu, 22/05/2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0027/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003257-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu/MS

Assunto: "Apurar suposta omissão do Poder Público Municipal no fornecimento de um colete, bota ortopédica e de um aparelho que viabiliza a alimentação da menor L. Y. M. S".

Bataguassu, 22/05/2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0028/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003250-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: “Apurar eventual recusa da rede pública estadual em disponibilizar o leite 'hidrolisado proenica (neocate)', prescrito por pediatra, para I. G. M.”.

Bataguassu, 22/05/2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0029/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003249-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: “Apurar eventual existência de agressões físicas e psicológicas em pessoa portadora de necessidades especiais, realizadas no local de trabalho, e em lugares escondidos”.

Bataguassu, 22/05/2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0030/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002652-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: “Apurar eventual denúncia de lançamento de afluentes de esgoto no Rio Pardo, nas proximidades do desembarcador de embarcações, nos termos do Ofício nº 035/5ºPELPMA/CPE/PMMS/2018, Ocorrência nº 042/2018, Ordem de Serviço nº 014/P-3/5ºPPMA/18, da Polícia Militar Ambiental de Bataguassu.”

Bataguassu, 23/05/2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0031/2019/02PJ/BTG**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bataguassu torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso nº 350, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002655-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos Messias Saltor Dias

Assunto: "Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no corte de 25 (vinte e cinco) árvores nativas, sendo 20 (vinte) da espécie faveiro, e 04 (quatro) da espécie capitão, e 01 (uma) da espécie angico, todas sem autorização ambiental".

Bataguassu, 23/05/2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0053/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001666-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Dois Corações

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Dois Corações de propriedade de Leonildo Bigatão e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0054/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001662-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Conquista

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Conquista de propriedade de Aier Francisco de Oliveira e outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça



**EDITAL Nº 0055/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001661-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Estrela

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Estrela de propriedade de José Luiz Reis Chaves e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0056/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001660-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Estrela do Apa

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Estrela do Apa de propriedade de Claudir de Souza Dutra e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0057/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001658-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Girassol

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Girassol de propriedade de Raimundo Aguiar Ribeiro e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0058/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001657-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Santa Galo

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Santa Galo de propriedade de Espólio de Antonio Manoel Correa Bueno, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0059/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001656-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Guanabara

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Guanabara de propriedade de José Gilberto Cardinal Borges, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0060/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001655-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Apaporã

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Apaporã de propriedade de José Gonçalves de Lima e outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0061/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001654-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Ibicui

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ibicui de propriedade de Raimundo Aguiar Ribeiro Júnior e Outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0062/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2018.00001653-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Alegria

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Alegria de propriedade de Olympio do Amaral Cardinal e outra, as margens do Rio Apa.

Bela Vista/MS, 12/06/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 005/2019/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000908-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000908-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mercado Oliveira

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar eventual irregularidade praticada pelo Mercado Oliveira, de propriedade de Jaime Carlos de Oliveira Filho, situado na Rua Antônio João, nº 308, consistente na exposição de produtos vencidos e precárias condições de refrigeração.”.

Camapuã - MS, 13 de junho de 2019.

**DOUGLAS SILVA TEIXEIRA**

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0017/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000894-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000894-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar o descumprimento da regra prevista no art. 100 da Lei Orgânica de Alcinoópolis.

Coxim/MS, 12 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0018/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000832-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000832-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: "Apurar se há gastos excessivos com atividade de publicidade pela Câmara Municipal de Coxim, que celebrou o contrato nº 011/2017, com a empresa JMRS Publicidade Ltda, na ordem de R\$ 400.000,00 por ano. Referido contrato está vigente para o exercício de 2019 e fora aditivado para o valor global de R\$ 500.000,00."

Coxim/MS, 12 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0019/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001887-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Tendo em vista que o procedimento vai reunir elementos que discorrem sobre a situação existencial de pessoa idosa, tem-se que o direito à intimidade impõe a restrição da publicidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001887-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual situação de risco e vulnerabilidade a que estaria exposta a idosa R. C. C.

Coxim/MS, 14 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002168-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Tendo em vista que o procedimento vai reunir elementos que discorrem sobre atendimento ofertado à pessoa idosa, tem-se que o direito à intimidade impõe a restrição da publicidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002168-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual negligência no atendimento ofertado ao idoso J. B. A. junto ao Hospital Regional de Coxim.

Coxim/MS, 14 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0021/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002169-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador. Tendo em vista que o procedimento vai reunir elementos que discorrem sobre o óbito de pessoa idosa, tem-se que o direito à intimidade impõe a restrição da publicidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002169-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar as circunstâncias em que ocorreu o óbito do idoso J. A. M, que estava acolhido na Casa de Repouso Idade Feliz (Casa Magna Marta Lobo Sepulcro), tendo em vista que esta não possui autorização para atuar como Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI.

Coxim/MS, 14 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

---

**IVINHEMA****EDITAL Nº 0005/2019/01PJ/IVH**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000909-8, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, n. 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590 e no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj>.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000909-8

Requerente: Ministério Público do Estadual.

Requerido: Adalberto Fresca, Rodrigo Areco.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente no uso de máquina motoniveladora de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul e cedida ao Município de Ivinhema/MS, para fins particulares.

Ivinhema/MS 14 de junho de 2019.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

---

**MIRANDA**

---

**EDITAL N° 012/2019**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.ms.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2019.00000923-2.

Requerente: Ademir de Oliveira

Requerido: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Bodoquena - BODOPREV

Assunto: Apurar supostas irregularidades, em tese, praticadas pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Bodoquena – BODOPREV.

Miranda/MS, 14/06/2019.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL N° 011/2019/1ªPJ**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva n.º 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Administrativo n.º 09.2019.00002157-0

Requerente: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o processo de escolha para composição dos membros do Conselho Tutelar, titulares e suplentes para o período 2020/2024, conforme o Edital n° 001/CMDCA/2019.

Paranaíba, 12 de junho de 2019.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça.

---

**RIBAS DO RIO PARDO**

---

**EDITAL N° 0028/2019/01PJ/RRP**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, n° 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil n° 06.2019.00000434-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ausência de controle nos gastos com combustíveis e o controle de medições para o correspondente pagamento para utilização de máquinas, veículos e equipamentos.

Ribas do Rio Pardo, 12 de junho de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

**RIO BRILHANTE****EDITAL Nº 006/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 006/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à publicação deste.

Rio Brilhante/MS, 12 de junho de 2019.

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 006/2019**

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante		PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante		
Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO				
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas – ofícios expedidos – 2012 e 2013		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2013
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas – ofícios recebidos – 2012 e 2014		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2014
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.007- Notificações expedidas – 2012 e 2013		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2013
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.066- Procedimentos Administrativos arquivados sem distribuição judicial – Pedidos de providências		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1999	2012
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.009- Cartas Precatórias		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1999	2016
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.015- Comunicações de flagrante (cópia) - 2017		Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2017	Exercício 2017

<p>Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.050- Notícias de Fato</p> <p>031/2013 – Meio Ambiente 028/2012 – Inf. E Juventude 024/2012 – Inf. E Juventude 002/2014 – Inf. E Juventude 020/2014 – Inf. E Juventude 006/2013 – Inf. E Juventude 003/2014 – Inf. E Juventude 008/2013 – Inf. E Juventude 007/2013 – Inf. E Juventude 009/2013 – Inf. E Juventude 010/2013 – Inf. E Juventude 004/2014 – Inf. E Juventude 027/2012 - Inf. E Juventude 026/2012 – Inf. E Juventude 021/2014 – Meio Ambiente 022/2014 – Inf. E Juventude 018/2014 – Meio Ambiente 002/2013 – Meio Ambiente 028/2014 – Difusos e Coletivos 026/2014 – Inf. E Juventude 008/2014 – Consumidor 014/2014 – Inf. E Juventude 013/2014 – Inf. E Juventude 015/2014 – Inf. E Juventude 042/2014 - Inf. E Juventude 032/2014 – Inf. E Juventude 034/2014 – Inf. E Juventude 025/2014 – Inf. E Juventude 017/2014 – Inf. E Juventude 024/2014 - Inf. E Juventude</p>	<p>Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>	<p>2012</p>	<p>2014</p>
<p align="center"><b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Rio Brilhante: 12 de junho de 2019 Valter Ribeiro dos S. Jr Wille Técnico II</p>			

---

### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

#### ELDORADO

---

#### EDITAL Nº 0005/2019/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2019.00000918-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Pascoal Pereira de Souza e outros proprietários do Assentamento Floresta Branca.

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área pertencente ao Projeto de Assentamento Floresta Branca, em razão da ausência de curvas de nível em alguns lotes no local, o que vem acarretando o assoreamento das nascentes e córregos Serraria e Pedra Branca.

Eldorado/MS, 14 de junho de 2019

**GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA**  
Promotor de Justiça